

**Parecer nº 50/98**

Data: 1998.05.13

Processo nº 323

**Reclamante:** Domingos José Fernandes Fevereiro

**Entidade reclamada:** Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

1. Domingos José Fernandes Fevereiro, identificado no processo, actualmente recluso no Estabelecimento Prisional Regional de Monção, apresentou à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), em 4 de Dezembro de 1997, um requerimento onde solicitava o seguinte:

- uma lista cronológica - incluindo o número e a designação dos actos, o número, a série e a data de publicação no «Diário da República» - de todos os diplomas legais publicados no «Diário da República» que contenham informações relacionadas com a lei orgânica dos serviços prisionais, a reforma prisional, o estatuto do guarda, o estatuto do pessoal dirigente, o quadro de pessoal dos serviços centrais e externos da DGSP e dos estabelecimentos prisionais centrais, especiais e regionais, bem como da legislação directa ou subsidiariamente aplicável;
- a identificação, nos mesmos termos, dos actos de delegação e subdelegação de poderes do Ministro da Justiça no pessoal dirigente dos serviços centrais e externos da DGSP, do Director-Geral dos Serviços Prisionais nos subdirectores-gerais, directores de serviços, subdirectores e adjuntos de serviços, chefes de divisão e substitutos dos serviços centrais e externos, e dos subdirectores-gerais, directores de serviços e chefes de divisão, bem como dos seus adjuntos ou substitutos, nos directores dos estabelecimentos prisionais;

- a identificação, nos mesmos termos, das orientações administrativas de interpretação dos diplomas legais acima referidos, incluindo, designadamente circulares, ofícios-circulares, ordens de serviço, despachos normativos internos e instruções;
- a identificação dos Pareceres da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre as matérias referidas anteriormente.

No caso das orientações administrativas e dos actos de delegação de competência não publicados no «Diário da República», o ora reclamante solicitava ainda a sua reprodução através de fotocópia.

2. Não tendo obtido qualquer resposta até 4 de Dezembro de 1997, o cidadão requerente apresentou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), com data de entrada de 2 de Fevereiro de 1998, uma reclamação do indeferimento tácito do pedido anterior, nos termos do nº 4 do artigo 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA).
3. A reclamação deu entrada em tempo oportuno. De facto, no momento da apresentação do requerimento à Comissão já se perfizera o prazo de 35 dias, previsto no nº 3 do artigo 15º da LADA.
4. Dentro dos limites traçados pela Constituição e pela lei, qualquer pessoa sujeita ao ordenamento jurídico português pode exercer o direito de acesso aos documentos administrativos de carácter não nominativo. Só podem, no entanto, ser requeridos aqueles documentos que constituem suportes de informação elaborados ou detidos pela Administração Pública no âmbito da sua actividade administrativa (cfr. artigo 4º, nº 1, alínea a), e nº 2, alínea b), da LADA).

Uma lista cronológica de diplomas legais tal como é pedida pelo ora reclamante preenche os requisitos daquele conceito de documento administrativo de carácter

não nominativo. Portanto a Administração Pública, no caso a DGSP, está obrigada a facultar o acesso a essa lista, mas apenas, como é óbvio, se a possuir ou detiver. Por outro lado, não está a Administração legalmente obrigada a elaborar uma lista desse género só para satisfazer este ou outro pedido semelhante.

Assim, a DGSP está obrigada a facultar o acesso à pretendida lista de diplomas legais, nos termos solicitados - através da entrega de uma fotocópia - no caso de efectivamente já a possuir ou detiver, quem quer que tenha sido o seu autor.

5. A mesma doutrina se aplica às listas dos despachos de delegação e subdelegação de poderes e dos pareceres da PGR que o ora reclamante pretende: a DGSP não está obrigada a elaborar essas listas só para satisfazer este pedido; mas, se já as possuir ou detiver, é seu dever facultar o pretendido acesso a elas, designadamente através da requerida fotocópia.
6. Os referidos despachos de delegação e subdelegação de poderes são actos da Administração Central sujeitos a publicação no Diário da República, nos termos do artigo 37º, nº 2, do Código de Procedimento Administrativo (CPA), pelo que é de presumir que estejam devidamente publicados.

Todavia, se porventura esses despachos não estiverem publicados no Diário da República, deve a DGSP:

- Facultar ao ora reclamante o acesso a eles através da entrega de fotocópia integral, como vem pedido, se os detiver; ou
  - Informá-lo de que não os tem e, se tal for do seu conhecimento, indicar-lhe a entidade que os detém ou remeter a esta o requerimento (ou fotocópia dele), comunicando o facto ao interessado [cfr. artigo 15º, nº 1, alínea c), da LADA].
7. Quanto às orientações administrativas de interpretação de diplomas legais, designadamente circulares, ofícios-circulares, ordens de serviço, despachos

normativos internos e instruções, trata-se de documentos administrativos que caem na previsão do artigo 11º, nº 1, da LADA.

- Assim, se couberem na alínea a) deste preceito, deve ser fornecida ao reclamante fotocópia daqueles que ainda não estiverem publicados, conforme ele pede; quanto aos já publicados, a DGSP deve informar onde e como os publicou mas não está obrigada a elaborar lista(s) identificativa(s) deles só para satisfazer o pedido do mesmo reclamante; só no caso de a(s) possuir ou deter, é que é seu dever facultar o pretendido acesso a ela(s), designadamente através da requerida fotocópia.
- Se não couberem nessa alínea a), deve a DGSP informar o reclamante da forma como foi publicado o enunciado de tais documentos., conforme prevê a alínea b) do mesmo preceito.

Podemos agora retirar, em síntese, as seguintes conclusões:

- 1ª O ora reclamante tem, por força da LADA, o direito de obter a lista de diplomas legais que requereu, caso ela exista na DGSP;
- 2ª Dispõe também, nos mesmos termos, do direito de obter as requeridas listas dos despachos de delegação de poderes e dos pareceres da PGR, caso elas existam na DGSP;
- 3ª A DGSP deve facultar ao reclamante o acesso, através de fotocópia, aos despachos de delegação de poderes precedente não publicados que sejam detidos pelos seus serviços;
- 4ª Quanto às orientações administrativas de interpretação de diplomas legais, a DGSP deve fornecer ao ora reclamante fotocópia daquelas que, cabendo na previsão da alínea a) do nº 1 do artigo 11º da LADA, não se encontrem publicadas e indicar o local e a forma de publicação das restantes.

5ª Quanto às que não caibam na previsão dessa alínea a), deve informar o reclamante da forma como foi publicado o seu enunciado, de acordo com o que dispõe a alínea b) do mesmo preceito.

Lisboa, 13 de Maio de 1998.

*Vasco Almeida* (Relator) - *Narana Coissoró* - *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* - *Gameiro dos Santos* - *Branca do Amaral* - *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente)